



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

O ESTADO DA ARTE DA ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE 2016

GABRIELA BORGES SILVEIRA

gabi_confiante@yahoo.com.br

LUIZ ALBERTON

luiz.alberton@ufsc.br

ERNESTO FERNANDO RODRIGUES VICENTE

ernest@usp.br

O ESTADO DA ARTE DA ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE 2016

Resumo

O objetivo geral desta pesquisa foi descrever o estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016. Este trabalho caracteriza-se como descritivo, de caráter quali-quantitativo. No qual, procedeu-se a uma pesquisa documental, com dados secundários coletados dos relatórios de sustentabilidade e de asseguração externa. Das 35 empresas que compõem amostra, 28 submeteram seus relatórios de sustentabilidade ao processo de asseguração externa. Os resultados da pesquisa demonstraram que dos 16 setores distintos de atuação 61% das empresas atuam em setores regulados, sendo que 58,3% pertencem ao nível de governança Novo Mercado. No entanto, o teste exato de Fisher, ao nível de significância de 5%, não suportou a hipótese de que setores regulados e o segmento do Novo Mercado estejam associados à opção das empresas em assegurar os seus relatórios de sustentabilidade. Quanto aos tipos de relatório, observou-se a predominância da GRI em 97,14% dos relatórios de sustentabilidade analisados, e ainda uma forte tendência das empresas em divulgar de forma integrada as informações de natureza financeiras e não financeiras. Dentre os normativos utilizados pelas prestadoras de garantia, a norma de auditoria contábil NBC TO 3000 (CFC) esteve presente em 71,43% dos trabalhos realizados. Ressalta-se que 82,1% dos trabalhos de asseguração foram feitos por empresas de auditoria independente, o que reforça o *know-how* por parte das empresas de auditoria contábil neste segmento.

Palavras chaves: Sustentabilidade Empresarial. Asseguração. Auditoria.

STATE OF THE ART OF SUSTAINABILITY REPORTS ASSURANCE: A STUDY OF SUSTAINABILITY INDEX 2016 COMPANIES

Abstract

The objective of this paper was to describe the state of the art external assurance of sustainability reports of companies that comprise the ISE 2016. The work is characterized as descriptive and qualitative and quantitative nature. We proceeded to a documentary research with secondary data collected sustainability reporting and external assurance. Of the 35 companies that make up the sample, 28 submitted their sustainability reports to external assurance process. The survey results showed that the 16 different areas of activity 61% of companies operating in regulated industries, and 58.3% belong to the Novo Mercado governance level. However, Fisher's exact test, at a significance level of 5%, did not support the hypothesis that regulated sectors and the Novo Mercado segment are associated with the choice of companies to ensure their sustainability reports. As for the types of report, there was a predominance of GRI in 97.14% of sustainability reports analyzed, and also a strong tendency of companies to disclose the integration between financial and non-financial information. Among the regulations used by security providers, the standard accounting audit NBC TO 3000 (CFC) was present in 71.43% of the work performed. Our results also provide that 82.1% of assurance engagements were made by independent audit companies. This result reinforces the know-how by the accounting audit firms in this segment.

Key Words: Corporate sustainability. Assurance. Audit.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de divulgação de informações de natureza ambiental e social, a partir de relatórios de sustentabilidade, tornou-se um importante instrumento de comunicação entre as organizações e suas partes interessadas. Ao passo que, o relatório financeiro não é capaz, por si só, de satisfazer as necessidades informacionais sobre o desempenho organizacional global dos acionistas, comunidades e outros *stakeholders* (GOMES, 2012). Neste contexto, variáveis associadas ao impacto ambiental, social e o consumo de recursos resultantes das atividades econômicas das empresas tornam-se relevantes aos processos decisórios de diversos usuários da informação contábil (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009).

A asseguração independente consiste num processo de verificação externa que objetiva aumentar a robustez, precisão e confiabilidade das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade, surgindo da necessidade da opinião de terceiros sobre as informações reportadas acerca do desempenho em sustentabilidade das empresas (GRI, 2013; DE ALMEIDA, 2014). Desse modo, os serviços de garantia dos relatórios de sustentabilidade são capazes de gerar maior transparência e consenso sobre a finalidade do negócio, caracterizando a construção de diálogo eficaz com os *stakeholders* da empresa (PEREGO; KOLK, 2012).

Assim como a emissão dos relatórios de sustentabilidade, a asseguração independente não é um processo obrigatório, porém reconhece-se que a auditoria é essencial para sustentar um relatório equilibrado e razoável (PEREGO; KOLK, 2012; GRI, 2013). As organizações buscam pela garantia externa por uma infinidade de razões, alguns benefícios internos e externos de garantia podem ser facilmente identificados, como aqueles destinados a construção de confiança voltada às áreas de governança, gestão e relações das partes interessadas (GRI, 2013).

Neste aspecto, empresas estimuladas em atender diferentes interesses de seus diversos *stakeholders* divulgam cada vez mais informações sobre o desempenho em sustentabilidade e, conseqüentemente, buscam dar credibilidade as essas informações prestadas através da asseguração dos relatórios de sustentabilidade.

Diversos mecanismos vêm sendo criados, no sentido, de promover a prática da evidenciação sobre sustentabilidade. Nesse sentido, com a intenção de impulsionar e valorizar essa prática no Brasil, a BM&FBOVESPA, criou em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com o objetivo de criar uma carteira composta de ações de empresas comprometidas com desenvolvimento sustentável, práticas e alinhamento estratégico com a sustentabilidade empresarial (ISE – METODOLOGIA DO ISE, 2015).

Diferentes padrões, a natureza voluntária da garantia da sustentabilidade, particularidades do setor, ausência de critérios específicos e distintos provedores de garantia têm motivado estudos a investigar qual é o cenário da asseguração externa em diversos contextos (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009; HASAN; ROEBUCK; SIMNETT, 2003; O'DWYER; OWENB, 2005; DEEGAN; COOPER; SHELLY, 2006; PEREGO; KOLK, 2012; GOMES, 2012; DE ALMEIDA, 2014). Outras pesquisas apontaram que ausência de normas de auditoria consolidadas reduz a responsabilidade das organizações perante o público externo e partes interessadas (PEREGO; KOLK, 2012; SMITH *et al.*, 2005; COOPER; OWEN, 2007).

Diante do exposto, surge a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual é o estado da arte da asseguração externa (*Assurance*) dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016?** O objetivo geral da pesquisa é descrever o estado da arte da asseguração externa (*Assurance*) dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016. Com intuito de atingir o objetivo geral da pesquisa foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) identificar os tipos de relatórios de sustentabilidade

emitidos de acordo com a qualificação das empresas; b) apontar as empresas de auditoria de asseguração; c) identificar os normativos, os conteúdos e procedimentos presentes nos relatórios de asseguração externa; e d) verificar a associação existente entre as características das empresas e a asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade.

Segundo Perego e Kolk (2012), as praticas de asseguração dos relatórios de sustentabilidade desempenham um papel relevante no desenvolvimento e sustentação da responsabilidade para com a sustentabilidade. Os autores afirmam a falta de análises que demonstrem como a asseguração da sustentabilidade tem sido difundida ao longo do tempo, em diferentes contextos nacionais, os diversos tipos de prestadores de garantia e quais padrões são utilizados.

Conforme Gomes (2012), nota-se um aumento na garantia das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade por entidades externas em contrapartida do aumento das exigências das partes interessadas ao nível do desempenho sustentável. Em 2011, o levantamento da visão global das empresas no mundo que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade feita pela KPMG demonstrou que o Brasil ocupa a 14ª posição, evidenciando que, as empresas brasileiras publicam e auditam cada vez mais as informações relativas à sustentabilidade. Isto aumenta a necessidade de uma maior uniformidade sobre o formato do relatório, normas utilizadas e procedimentos de avaliação e auditoria (GOMES, 2012).

Dessa forma, esta pesquisa se justifica por fornecer evidências descritivas sobre o estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras do ISE 2016, traz contribuições ao verificar como empresas consideradas economicamente sustentáveis estabelecem e certificam as relações com suas partes interessadas. Além da importância e atualidade do tema, este estudo encontrou pouca expressão de trabalhos sobre auditoria em relatórios de sustentabilidade em empresas brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade (*Assurance*)

Os termos que referenciam o processo externo de garantia de fiabilidade dos Relatórios de Sustentabilidade variam, e incluem *assurance*, garantia externa, verificação, asseguração e certificação (GRI, 2013). Tal processo deve ser realizado por entidades externas e independentes da organização auditada e que tem como objetivos: garantir a veracidade da informação; contribuir para a credibilidade de todo o processo de gestão; assegurar que os recursos estão sendo utilizados de forma eficaz; contribuir para a melhoria contínua do processo de divulgação; assegurar aos *stakeholders* e potenciais investidores que os riscos de gestão estão geridos com eficácia; e demonstrar o compromisso da entidade em melhorar o seu desempenho econômico, ambiental e social (GRI, 2011).

O relatório de asseguração consiste na emissão de opinião de um profissional independente que garanta que as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade de uma organização sejam confiáveis (DE ALMEIDA, 2014). Segundo o GRI (2013), os prestadores de serviços de asseguração externa podem ser divididos em três grupos: empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria), empresas de engenharia (certificações técnicas) e empresas de serviços em sustentabilidade (especialistas).

O estudo de Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) abrangeu 2.113 relatórios de asseguração das informações do relatório de sustentabilidade de diversos países. Os resultados desta análise permitiram concluir que as organizações que buscam a credibilidade dos seus relatórios de sustentabilidade por meio da garantia externa, na escolha da empresa

asseguradora não tomam por relevante se a empresa é ou não uma empresa de auditoria. Outra constatação deste estudo é que o tipo de setor onde a organização atua é um fator determinante para a decisão de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade, os autores exemplificam a indústria de mineração como um dos setores mais propensos a asseguarção externa das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade.

A estrutura e o conteúdo dos relatórios de asseguarção externa podem variar dependendo do escopo da garantia. Nesse sentido Hasan, Roebuck e Simnett (2003) analisaram diferentes estruturas de relatórios de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade e identificaram os quatro tipos de estrutura mais utilizados no mundo que foram qualificados em parecer sobre procedimentos, garantia negativa, garantia positiva e garantia positiva com parágrafo de limitação. A percepção do usuário da informação, em relação ao tipo de relatório de asseguarção utilizado, também, foi investigada neste estudo. Os autores aplicaram questionários a 792 acionistas com o objetivo de verificar qual o tipo dos quatro relatórios fornecem mais segurança a este tipo de *stakeholder*. Os resultados demonstram que o parecer em formato de procedimentos foi percebido com maior nível de segurança, uma vez que, os outros tipos de asseguarção assumem um formato de garantia moderada e com maiores limitações.

Nesse sentido, Deegan, Cooper e Shelly (2006) analisaram 170 relatórios de asseguarção de empresas do Reino Unido e na Europa entre os anos de 2000 a 2003. Os resultados apontaram uma grande diversidade nos conteúdos de garantia, além de apontarem a necessidade de orientações e regulamentação na área, devido a não compreensão por grande parte dos usuários da informação.

Conforme o GRI (2013), a forma e o conteúdo, também, variam em função das preferências do assegurado da garantia, além de serem pertinentes às normas de serviços de asseguarção independente. As normas de asseguarção visam instituir princípios, procedimentos e orientação a auditores independentes para a prática de trabalhos que são distintos das auditorias ou revisão de informações financeiras históricas que estão sujeitas a normas específicas (ISAE- 3000, 2011, NBC TO-3000, 2009). Tais diretrizes proporcionam requisitos mínimos para emissão do relatório de asseguarção, porém são flexíveis aos objetivos desejados pelos usuários (ALMEIDA, 2014).

Os normativos *Global Reporting Initiative (GRI)*, a *AA1000 Assurance Standard*, e a *ISAE 3000 - International Standard on Assurance Engagements*, são os mais comuns a todos os estudos publicados, além de que, são utilizados de forma isolada ou combinadas entre si (GOMES, 2012; PEREGO; KOLK, 2012). Nesse aspecto, é possível perceber que existem dois padrões de normas internacionais a ISAE3000 e AA1000AS (GRI, 2013).

A *AA1000AS AccountAbility Framework Standard* constitui o primeiro referencial mundial para a verificação de Relatórios de Sustentabilidade, publicada em 2003, tem por bases três princípios: a Relevância, Abrangência e Responsabilidade. O objetivo desta norma é propiciar às organizações um conjunto de princípios aceitos internacionalmente para estruturar a forma como compreendem, implementam, gerem, avaliam e comunicam as informações sobre seu desenvolvimento sustentável de longo prazo (GOMES, 2012).

A ISAE 3000 foi desenvolvida em 2003 pela *The International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* da *International Federation of Accountants (IFAC)*. Esta norma consiste em um padrão genérico para qualquer processo de asseguarção externa diferente do que ocorre em auditorias ou revisões das informações financeiras históricas. Sua ênfase está em procedimentos abrangentes para os processos de coleta de dados de forma sistemática e requer independência da empresa assegurado (GRI, 2013).

Destaca-se que o relatório de asseguarção de acordo com ISAE 3000 deve ser emitido exclusivamente por profissionais da contabilidade, os quais devem respeitar o Código de Ética *Professional Accountants (IESBA)* e tem por objetivo fornecer a estrutura básica para

realização de auditorias não financeiras, como a Ambiental, Social, de Sustentabilidade, Auditorias de Sistemas de Informação, Controle Interno e Procedimentos de Gestão corporativa, Concessões, Contratos e Regulamentos (GOMES, 2012; GRI, 2013).

No Brasil, consoante a ISAE 3000 do IAASB, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão - na qual institui dois níveis de trabalho de asseguração que o auditor independente pode realizar: asseguração limitada e asseguração razoável. A asseguração razoável reduz o risco do trabalho a um nível aceitavelmente baixo e asseguração limitada tem por objetivo “reduzir o risco do trabalho a um nível aceitável nas circunstâncias, porém em um nível maior de risco do que em trabalho de asseguração razoável” (NBC TO 3000, 2009 p.1).

Perego e Kolk (2012) investigaram a evolução das práticas de auditoria de asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que fazem parte da *250 Fortune Global* durante um período de dez anos. Especificamente, os autores, buscaram a identificar a diversidade das normas utilizadas no processo, o tipo de prestadores dos serviços e a qualidade da estrutura das declarações de asseguração externas. Os resultados do estudo indicaram que as empresas aumentaram a emissão de seus relatórios de sustentabilidade de 39, 6% (84 relatórios em 1999) para 69,3% (147 relatórios em 2008). Em contrapartida as declarações de garantia que acompanham estes relatórios aumentaram de 21,4% em 1999 para 55,8% em 2008. O levantamento das empresas prestadoras dos serviços de garantia demonstrou que 51.7% dos relatórios são assegurados por empresas de auditoria contábil, 22.2% por especialistas em sustentabilidade, 11.1% por certificadoras e 15.0% por outros tipos de organizações. Enquanto a utilização das normas destaca-se maior preferência por AA1000AS em combinação com as diretrizes GRI (13,4%), seguido pelo ISAE3000 em combinação com o GRI (12,2%).

Gomes (2012) buscou indentificar o estado da arte da auditoria dos relatórios de sustentabilidade das 117 maiores empresas portuguesas, numa análise que compreendeu os anos de 2008, 2009 e 2010. Os objetivos do estudo compreenderam determinar quais os normativos utilizados para a elaboração e auditoria dos relatórios de sustentabilidade, as empresas de auditoria mais procuradas, a estrutura dos relatórios de asseguração e os procedimentos utilizados no processo de garantia externa. Os resultados da pesquisa de Gomes (2012) evidenciam o aumento das publicações dos relatórios de sustentabilidade nos últimos anos em Portugal, e além de que as empresas que mais se preocupam com essa prática, são as empresa do setor “Serviços Públicos”, seguida das empresas de “Transporte e Logística”. A empresa de auditoria mais procurada para efetuar a verificação é a *PriceWaterHouseCooper*, seguida da Deloitte e da KPMG.

Outra constatação desse estudo é que as diretrizes do GRI são as normas mais utilizadas pelas empresas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, e as normas mais aplicadas na orientação da abordagem da verificação externa adotadas pelas empresas de auditoria são a ISAE 3000, seguida da AA1000AS. Em relação à estrutura dos relatórios de asseguração, a pesquisa conclui que a estrutura nem sempre é coincidente, segundo a autora as diferenças devem-se às distintas empresas de auditoria, o que significa que tanto o título do relatório como a estrutura variam consonantemente ao auditor. Quanto aos procedimentos utilizados no processo de garantia externa, o referido trabalho procedeu em análise de conteúdo vários aspectos, como demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1: Procedimentos de Auditoria

PROCEDIMENTOS	DESCRIÇÃO
Indagações à Gestão	Indagação à gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes, as matérias incluídas no relato. Entrevistas para compreender os processos implementados para determinar os aspetos materialmente relevantes para as partes interessadas.
Processos de Gestão Internos	Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social.
Verificação da Informação com bases de suporte	Verificar numa base de amostra a eficiência dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados.
Comparação com dados financeiros e económicos	Comparar os dados financeiros e económicos com os dados no RC para aferir sobre a validação externa da informação reportada.
Comparação de dados relativos aos indicadores de desempenho	Comparar os dados relativos a indicadores de desempenho definidos pela Entidade Reguladora do setor com os valores previamente auditados e confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho.
Procedimentos de Consubstanciação	Executar numa base de amostras, alguns procedimentos de consubstanciação da informação através de obtenção de evidências sobre a informação reportada, leitura da informação de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral, experiência e com a <i>performance</i> de sustentabilidade da organização.
Confirmação do Nível de aplicação	Confirmar a existência de dados e informação requeridos para atingir o Nível de Aplicação do GRI.
Realização de entrevistas	Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e comparativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas relevantes aplicadas e implementação e aos responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade.
Visitas <i>in loco</i>	Visitas a instalações ou obras.
Validação dos Normativos	Análise dos temas materiais incluídos no Relatório com base no princípio de relevância previsto nas normas AA1000AS, ISAE 3000 e no GRI.

Fonte: adaptado de Gomes (2012)

Neste estudo Gomes (2012) conclui que dos procedimentos de verificação a Indagações à Gestão é utilizada em todas as verificações, seguido da comparação de dados relativos aos indicadores de desempenho em 81%, da confirmação do nível de aplicação em 77%, dos processos de gestão internos e a verificação da informação com bases de suporte em 66%, dos procedimentos de consubstanciação em 55%, da comparação com dados financeiros e económicos em 44%, e por sua vez da realização de entrevistas é aplicada em 30%, da validação de normativos é verificada em 22% e as visitas às instalações ou obras em apenas 0,75% dos relatórios de asseguarção.

Zaro, Pastre e Alberton (2015) investigaram quais os critérios que norteiam os auditores na emissão dos relatórios de asseguarção constantes nos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõe a carteira do ISE 2013. Constataram que 69% das empresas adotaram a prática de asseguarção, das quais 71% delas são feitas por empresas de auditoria independentes, sendo que as normas mais utilizadas pelas prestadoras de garantia foram a NBC TO 3000, seguida da AA1000AS. De maneira complementar o estudo caracterizou as empresas quanto ao seu nível de Governança Corporativa, e observaram que 90% das empresas que asseguraram os seus relatórios de sustentabilidade se enquadraram nas características específicas impostas por regulamentos da BM&FBOVESPA, sendo que 50%

delas pertenciam ao Novo Mercado. Com base nesses resultados, os autores ressaltam a preocupação das empresas em assegurar seus relatórios de sustentabilidade como uma forma de assumir a responsabilidade socioambiental e o compromisso de transparência com suas partes envolvidas.

Assim, de maneira similar aos relatórios de sustentabilidade, o processo de *assurance* sobre as informações de sustentabilidade das organizações não é obrigatório, mas é considerada uma importante ferramenta na tentativa das empresas prestarem contas aos seus *stakeholders* (JUNIOR; BEST; COTTER, 2013).

Segundo Suchman (1995), a legitimidade pode ser compreendida como a suposição de que determinadas ações de uma entidade são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente instituído de normas, crenças e valores. Nessa perspectiva, Meyer e Rowan (1977) sugerem que as instituições legítimas não resultam somente da eficácia racional e de normas legais, mas também de objetivos, meios e fins coletivamente valorizados. Os autores ainda sugerem que a legitimidade das instituições resulta de comportamentos isomórficos, sobre o qual uma prática torna-se comum e respeitada a partir do momento que as organizações passem a agir de forma semelhante.

Dessa forma, a prática de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade está intimamente ligada ao processo à legitimidade das instituições. Ainda que, seja uma prática não obrigatória, as empresas podem estar condicionadas a um ambiente de legitimação.

3 METODOLOGIA

Para identificar qual é o estado da arte da asseguarção externa (*Assurance*) dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016, procedeu-se a uma pesquisa descritiva, com abordagem quali-quantitativa por meio de pesquisa documental com dados secundários.

A pesquisa é descritiva, pois objetiva descrever o perfil da prática de asseguarção externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras listadas no ISE 2016. Segundo Gil (2008) as pesquisas descritivas visam descrever as características de determinada população e a relação entre diversas variáveis. Nesta ótica, Andrade (2002) explica que a pesquisa descritiva consiste na observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos, sem que o pesquisador interfira neles.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa é quali-quantitativa. Qualitativa, pois objetiva descrever a complexidade de um determinado problema e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais (RICHARDSON, 2008), especificamente nesta pesquisa o processo de *assurance* das empresas socioeconomicamente responsáveis. Quantitativa ao analisar a associação entre as variáveis estabelecidas nos objetivos, que segundo Richardson (2008) qualifica-se pelo uso da quantificação, tanto nos procedimentos de coleta de informações, quanto na análise delas por meio de técnicas estatísticas.

Para a coleta de dados, a técnica utilizada é a documental, na qual, coletam-se dados secundários das empresas, disponíveis em formas de relatórios, e que ainda não passaram por nenhuma análise estatística (RAUPP; BEUREN, 2010). Os dados de fontes secundárias foram coletados dos relatórios de sustentabilidade, relatórios de asseguarção independente e o cadastro das empresas no site da BM&FBOVESPA. Optou-se por analisar as informações referentes ao último relatório de sustentabilidade vigente emitido pelas empresas do ISE até a data de 15/06/2016, uma vez que, este tipo de reporte não possui periodicidade obrigatória definida para publicação.

Ainda, quanto ao objetivo específico de identificar a estrutura e os procedimentos presentes nos relatórios de asseguarção externa procedeu-se uma breve análise de conteúdo, e

para isto utilizou-se os procedimentos de auditoria descritos por Gomes (2012), Quadro 1, conforme exposto na revisão da literatura.

A amostra da pesquisa abrange 35 empresas de diversos ramos de atividades que compõe a carteira 2016 do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. As empresas da carteira ISE refletem o retorno das ações com os melhores desempenhos em aspectos de sustentabilidade empresarial (BM&FBOVESPA, 2015), o que justifica a definição destas como objeto deste estudo. Num primeiro momento é feita uma análise geral de algumas características das empresas como o setor de atuação e nível de governança corporativa, como também a descrição das diretrizes mais utilizadas para a estrutura dos relatórios de sustentabilidade. Em seguida, para a análise de conteúdo dos relatórios de asseguarção, é feito um recorte na população, no qual se utilizam apenas as empresas que submeteram seus relatórios de sustentabilidade ao processo de verificação externa, descritas na apresentação e análise dos dados.

Para operacionalizar esta pesquisa, após a coleta de dados, os mesmos são tabulados em planilhas do *software Microsoft Excel®*. E com o auxílio do *software R versão 3.2.3 for Windows* é empregado o teste exato de Fisher para o cálculo da probabilidade de associação das características em estudo, com o nível de significância de 5%. O teste exato de Fisher constitui-se em uma análise não paramétrica, ou seja, não depende de parâmetros populacionais como média e variância. Sendo indicado para tabelas cruzadas de frequências 2x2 e adequado para pequenas amostras, dado que $20 < N < 40$ e a menor frequência esperada seja menor que 5. A formulação do teste é baseada em um teste de hipóteses em que a hipótese nula recebe a proposição de independência entre as variáveis, semelhantemente ao que ocorre com o teste Qui-quadrado de independência (FISHER, 1970).

Desse modo, verifica-se a associação entre as características das empresas e a asseguarção externa dos relatórios de sustentabilidade. Ressalta-se que as características analisadas como variáveis qualitativas correspondem aos setores e nível de Governança Corporativa. Portanto, a hipótese nula do teste afirma independência entre as variáveis, enquanto a hipótese alternativa indica associação entre elas. Logo se estabelecem as hipóteses desta análise:

H₀: Asseguarção externa independe das características das empresas.

H₁: Há associação entre asseguarção externa e as características das empresas.

Com esta análise, buscou-se identificar quais as características das empresas estabelecem uma associação com a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade empresarial, uma vez que, o processo é considerado uma atitude proativa por parte das empresas. Ressalta-se que o poder do teste é baixo para apontar como se dá a relação entre as variáveis, no entanto optou-se por essa análise em virtude de testar os indícios proposto pela literatura para as empresas componentes do ISE 2016.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, é apresentada a descrição do estado da arte da asseguarção externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016. Primeiramente, apresentam-se as análises qualitativas relativas à caracterização do problema apresentado, para posteriormente verificar através da análise estatística a associação existente entre as variáveis propostas pelo estudo.

A BM&FBOVESPA divulgou a 11ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial em 26 de novembro de 2015, composta por 40 ações de 35 empresas. Sendo que 100% das empresas elaboraram e divulgaram seus relatórios de sustentabilidade. Desse modo, a carteira ISE 2016 é composta por: AES Tiete Energia S.A, B2W - Companhia Digital, Banco do

Brasil S.A, Banco Bradesco S.A, Braskem S.A, BRF S.A, CCR S.A, CEMIG S.A, CESP - Cia Energética de São Paulo, Cielo S.A, Cia Paranaense de Energia - COPEL, CPFL Energia S.A, Duratex S.A, Ecorodovias S.A, EDP S.A, Eletrobrás S.A, Eletropaulo S.A, Embraer S.A, Even Construtora e Incorporadora S.A, Fibria Celulose S.A, Fleury S.A, Itausa Investimentos S.A, Itáú Unibanco Holding S.A, Klabin S.A, Lojas Americanas S.A, Light S.A, Natura Cosméticos S.A, OI S.A, Lojas Renner S.A, Banco Santander S.A, Sul América S.A, Telefônica S.A, TIM S.A, Tractebel Energia S.A e WEG S.A.

Em conjunto as empresas da carteira ISE 2016 somam R\$ 960,52 bilhões em valor de mercado, equivalente a 44,75% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA com base no fechamento em 24/11/2015 (BM&FBOVESPA, 2015). Elas representam 16 setores distintos, atuando em diferentes ramos. Considerando que a verificação externa dos relatórios de sustentabilidade é voluntária, pode-se observar que nem todas as empresas são aderentes a este processo. A Tabela 1 apresenta a distribuição da *assurance* das empresas por setor de atuação.

Tabela 1: Assurance das empresas listadas no ISE 2016 por setor de atuação

Setor de atuação	Assegurado	Não assegurado	Total
Energia Elétrica	9	1	10
Bancos	5	0	5
Madeira e Papel	3	0	3
Transporte - Exploração de Rodovia	2	0	2
Telecomunicações	2	1	3
Comércio de Tecidos, Vestuário e Calçados	1	0	1
Químico e Petroquímico	1	0	1
Serviços Financeiros Diversos	1	0	1
Construção e Engenharia	1	0	1
Serviços de Saúde	1	0	1
Produtos de uso pessoal	1	0	1
Seguros	1	0	1
Comercio de Prod. Diversos	0	1	1
Alimentos Processados	0	1	1
Material de Transporte	0	1	1
Máquinas e Equipamentos	0	2	2
Total	28	7	35

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

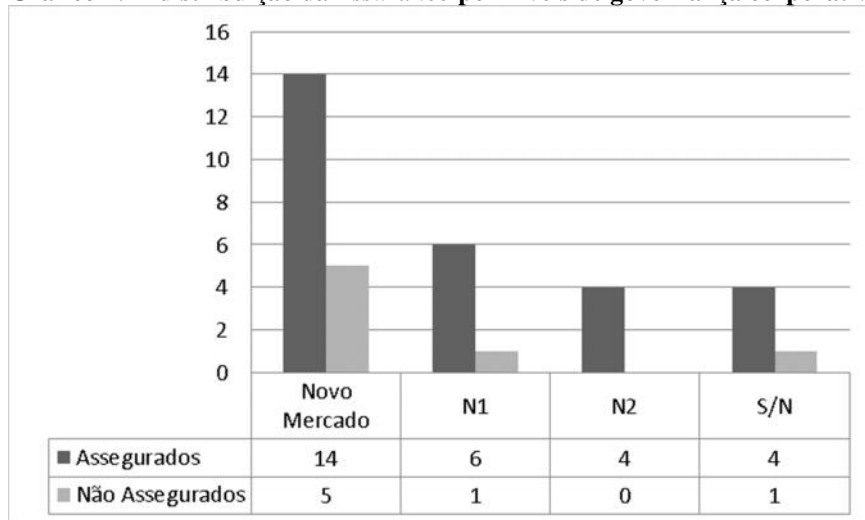
A Tabela 1 mostra que do setor de Energia Elétrica 90% (9) das empresas submeteram o relatório de sustentabilidade ao processo de verificação externa. Porém, dentre estas empresas, a CESP assegurou somente as informações do Balanço Social (2014), anexo em seu relatório de sustentabilidade. O setor de Telecomunicações possui 67% (2) dos relatórios de sustentabilidade assegurados. Os setores de Transporte; Bancos; Madeira e Papel; Seguros; Produtos de uso pessoal; Serviços de saúde; Construção e Engenharia; Serviços Financeiros Diversos; Químico e Petroquímico; e Comércio de Tecidos, Vestuário e Calçados 100% das empresas representantes asseguraram as informações de sustentabilidade contidas em seus relatórios. Já as empresas atuantes nos setores de Máquinas e Equipamentos; Material de Transporte; Alimentos Processados; e Comércio de Produtos Diversos não asseguraram o último relatório emitido por elas.

Destaca-se que 61% (19) das empresas da carteira ISE 2016 que aderem ao procedimento de verificação externa dos relatórios de sustentabilidade atuam em setores regulados, indicando que fatores externos, como o ambiente de operação ou tipo de setor, podem ser considerados fatores relevantes para decisão por parte das empresas em assegurar seus relatórios de sustentabilidade (SIMNETT; VANSTRAELEN; CHUA, 2009). Para

avaliar tal evidência procedeu-se ao teste exato de Fisher, o qual resultou em um $p\text{-value} = 0.2075$. Observando-se os resultados estatisticamente significantes para um valor de $p < 0,05$, conclui-se que o teste não ofereceu condições de se rejeitar a hipótese nula de pesquisa. Portanto, a asseguração externa independe de o setor ser regulado ou não para as empresas pertencentes ao ISE 2016, na qual o indicativo de associação encontrado qualitativamente pode ser estabelecido de forma casual. Ressalta-se que a classificação dos setores regulados foi feita conforme a Lei nº 8.987/1995 (BRASIL, 1995) que define as agências reguladoras para diferentes setores de atuação.

Outra característica observada neste estudo foi a frequência do nível de governança e asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas em análise. O Gráfico 1 apresenta a distribuição da *Assurance* por níveis de governança corporativa.

Gráfico 1: A distribuição da Assurance por níveis de governança corporativa



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Dentre as 35 empresas da carteira ISE 2016, 30 delas estão classificadas quanto ao nível de governança corporativa, segundo a BM&FBOVESPA, sendo que 19 empresas (54,3%) pertence ao Novo Mercado (NM), 7 empresas (20%) classificam-se no segmento de Nível 1 (N1) de Governança Corporativa, 4 (11,4%) são as empresas classificadas no segmento de Nível 2 (N2) e 5 delas (S/N) não apresentaram as características específicas exigidas pelo regulamento de classificação. Ao observar o universo de 28 relatórios assegurados, 85,71% das empresas estão classificadas dentre os níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, das quais 58,3% pertencem ao nível de governança Novo Mercado, em consequência de ser o nível predominante na carteira ISE 2016. Nesse sentido, a busca pela garantia externa pode ser explicada através das práticas que visem a construção de confiança estabelecida com as partes interessadas, como o conjunto de práticas instituídos pela Governança Corporativa (OLIVEIRA, 2011; CVM, 2002).

Supondo que quanto maior for o nível de governança corporativa maior seja a relação de confiança estabelecida com as partes interessadas através da asseguração dos relatórios de sustentabilidade, procedeu-se então ao teste exato de Fisher para buscar a existência de associação entre as empresas pertencentes ao Novo Mercado e asseguração externa. O $p\text{-value} = 0.415$ indicou a independência das características, aceitando-se a hipótese nula ao um nível de significância de 5%. Dessa forma, não é possível afirmar que exista associação entre asseguração externa e empresas pertencerem ao Novo Mercado.

Em relação às diversas propostas existentes de relatórios para as práticas de comunicação em sustentabilidade empresarial, identificou-se as principais diretrizes de elaboração dos relatórios de sustentabilidade, conforme apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Principais diretrizes de elaboração

Diretriz	Assegurados	Não Assegurados	Total	%
GRI-G4	24	7	31	88,57%
GRI-3.1	3	0	3	8,57%
RELATO INTEGRADO	1	0	1	2,86%
TOTAL	28	7	35	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Evidencia-se na sua maioria, que 34 (97,14%) das empresas utilizaram como diretriz de elaboração a *Global Reporting Initiative (GRI)*, sendo que 27 (79,41%) empresas submeteram os relatórios de sustentabilidade ao procedimento de verificação externa. Cabe destacar que 31 delas reportam na sua versão mais atual a GRI-G4, aderentes entre os níveis Essencial (67,74%) e Abrangente (29,03%). Ressalta-se que a CPFL ENERGIA S.A não informou o nível de aplicação do GRI-G4 utilizado para a elaboração de seu relatório de sustentabilidade. Ainda, 3 empresas seguem as diretrizes do GRI-3.1, na versão anterior à atual, tomando por nível de aplicação B+ por assegurarem seus relatórios de sustentabilidade. Assim, corroborando com a afirmação de Gurvitsh e Sidorova (2012) e Lozano e Huisinigh (2011), nota-se que a GRI é a ferramenta mais difundida em comunicação das informações de sustentabilidade das empresas que compõem o ISE 2016.

Observa-se que apenas Itaú Unibanco S.A optou por seguir a estrutura proposta pelas diretrizes do Relato Integrado para o reporte de suas informações socioambientais, mesmo que 14 empresas (40%) tenham informado que estão caminhando no processo de integração das informações financeiras e não financeiras, e assim passarão no futuro próximo a aderir a este mesmo formato. Também, em vista a particularidade do setor de atuação, outras 7 empresas pertencentes aos setores de Energia Elétrica (6) e Bancos (1) mencionaram que também utilizaram o suplemento *plus* setorial do GRI para auxiliar na divulgação das informações socioambientais.

Com isso, cerca de 80%, isto é 28 das 35 empresas, asseguraram os últimos relatórios de sustentabilidade publicados. Anteriormente, Zaro, Pastre e Alberton (2015) constataram que 69% das empresas do ISE 2013 procederam em verifica-los externamente. Dessa forma, é possível notar que a prática de asseguarção vem crescendo ao longo do tempo, representado pela taxa de 11%. Isto demonstra que a submissão das informações sobre sustentabilidade à asseguarção externa vem se tornando prática comum entre as empresas. Tal prática objetiva garantir a veracidade das informações prestadas e contribuir para a credibilidade de todo o processo de gestão, constituindo a percepção de legitimidade das instituições, de tal maneira que o comportamento de determinadas organizações passam a ser semelhantes a outras (MEYER; ROWAN, 1977; SUCHMAN, 1995).

A partir da análise de conteúdo dos relatórios de asseguarção contidos nos relatórios de sustentabilidade identificaram-se as empresas prestadoras de garantias, as normas de fundamento para asseguarção, tipo de trabalho realizado e procedimentos empregados no processo, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Prestadoras de garantias responsáveis

Prestadores de serviços de garantia externa	Qtd	%
Auditoria Independente	23	82,1%
Certificadoras	4	14,3%
Consultoria Especializada em Sustentabilidade	1	3,6%
Total de empresas	28	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Dos 28 relatórios de sustentabilidade assegurados, nota-se que 82,1% são verificados por empresas de Auditoria Independente. Somente 4 relatórios foram assegurados por empresas certificadoras e 1 foi verificado por empresa de consultoria especializada em sustentabilidade. Este resultado demonstra a credibilidade atingida pelas firmas de auditoria contábil no ramo de verificação e validação de informações, além da baixa aderência das empresas aos serviços de consultoria especializada em sustentabilidade, corroborando com as evidências encontradas por Perego e Kolk (2012), Gomes (2012) e Zaro, Pastre e Alberton (2015).

Na sequência, a Tabela 4 apresenta o detalhamento das normas de fundamento e tipo de trabalho realizado pelas empresas prestadoras de serviços garantia.

Tabela 4: Detalhamento das normas de fundamento e tipo de trabalho realizado

Prestadora	Norma adotada	Tipo de trabalho realizado	Nível de asseguração	Qtd	%
Deloitte	NBC TO 3000	Asseguração dos indicadores de GRI	Limitada	2	7,1%
Ernst & Young	NBC TO 3000	Asseguração das informações referente ao Balanço Social	Limitada	1	3,6%
Ernst & Young	NBC TO 3000	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitada	1	3,6%
Ernst & Young	NBC TO 3000 AA1000AS	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitada Não informado	1	3,6%
KPMG	AA1000AS	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Moderado	1	3,6%
KPMG	NBC TO 3000 AA1000AS	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitada Moderado	1	3,6%
KPMG	NBC TO 3000	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitada	11	39,3%
PWC	NBC TO 3000	Asseguração das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Limitada	5	17,9%
SGS	GRI-G4 NBC TO 3000	Asseguração sobre as atividades de sustentabilidade	Limitada	1	3,6%
SGS	GRI-G4 ISAE 3000	Asseguração sobre as atividades de sustentabilidade	Razoável	1	3,6%
Bureau Veritas	GRI-G4 ISAE 3000	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Razoável	1	3,6%
DNV GL	GRI-G3.1 AA1000AS	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Moderado	1	3,6%
BSD	AA1000AS	Verificação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade	Moderado	1	3,6%
TOTAL				28	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Das prestadoras de serviços de garantia externa, percebe-se que a KPMG Risk Advisory Services Ltda e Auditores Independentes é a maior responsável pelas garantias dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016, correspondendo a 46,5 % (13) das assegurações. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes assegura em 17,9%, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S em 10,8% e Deloitte Touche Tohmatsu em

7,1%. A SGS ICS Certificadora Ltda faz asseguração de 2 empresas, enquanto a Bureau Veritas Certification, DNV GL Certification e a BSD Consulting foram contratadas, respectivamente, por 1 empresa.

Em relação às normas de fundamento, observa-se que 71,43% dos relatórios foram assegurados exclusivamente pela NBC TO 3000. Em outras assegurações nota-se que 21,43% procederam em utilizar normas em conjunto devido às solicitações das empresas na verificação da aplicação dos princípios da AA1000AS e dos Índices do GRI. Nas assegurações dos relatórios restantes (7,14%) tiveram como base a AA1000AS.

Destaca-se que a ISAE 3000 esteve presente em 2 dos 28 relatórios assegurados, empregado de forma adicional ao índice do GRI-G4. A baixa adesão desta norma pode ser explicada pelo contexto brasileiro, já que a NBC TO 3000 (CFC) é a norma brasileira consoante a ISAE 3000 (IAASB). De forma complementar, as empresas certificadoras SGS ICS Certificadora Ltda, Bureaux Veritas Certification e DNV GL Certification incorporaram aos seus protocolos internos de verificação os requisitos de acordo com as normas NBC TO 3000 e a ISAE 3000. Demonstra-se assim que as empresas de não auditoria espelham seus trabalhos em normas consolidadas de auditoria contábil.

Tratando-se de nível de asseguração dos trabalhos, constata-se que 92,86% foram realizados de forma limitada ou moderada. Isso mostra que, as informações relativas à sustentabilidade são asseguradas ao nível maior de risco, admitindo uma margem maior de erro devido a menor abrangência dos testes realizados. Diante disso, os principais procedimentos empregados pelas prestadoras de serviços de garantia externa, foram analisados conforme o detalhamento apresentado no Quadro 1, referenciado no item 2.2, e descritos no parágrafo a seguir.

Observou-se que o uso dos procedimentos não é feito de uma forma padronizada e uniforme em todos os processos de asseguração. Dessa maneira, os procedimentos de verificação, a indagações à gestão são utilizados em 26 relatórios de asseguração, a análise aos processos de gestão internos é utilizada em 23 dos 28 trabalhos realizados, assim como a comparação de dados relativos aos indicadores de desempenho, os mecanismos de verificação da informação com bases de suporte e comparação de dados financeiros e econômicos em 20 dos 28 casos observados, os procedimentos de consubstanciação é analisado 16 vezes, a confirmação do nível de aplicação é empregado em 24 dos trabalhos de garantia, e por sua vez procederam em 6 vezes a realização de entrevistas. As prestadoras de serviços de garantia externa procederam em visitas às instalações ou obras em 3 empresas, e validaram os normativos em 27 dos casos.

Dentro desta análise, destaca-se que dos trabalhos, nos quais foram empregados os procedimentos de comparação das informações com dados financeiros e econômicos, 100% deles, ou seja, os 20 trabalhos foram realizados por empresas de auditoria contábil. O que reforça a habilidade e especialidade das firmas de contabilidade em auditar informações de natureza econômico-financeiras. Além de demonstrar que as empresas estão cada vez mais aptas a divulgar de forma integrada as informações financeiras e não financeiras.

Ainda, mediante a descrição, os resultados demonstram que o conteúdo dos relatórios de asseguração externa varia conforme o escopo da garantia, das solicitações feitas pelas empresas auditadas e das preferências do assegurado da garantia, agregando as evidências encontradas por Hasan, Roebuck e Simnett (2003), Deegan, Cooper e Shelly (2006) e Gomes (2012).

5 CONCLUSÕES

O aumento da divulgação das informações de caráter socioambientais por parte das empresas acompanha os diversos interesses informacionais de diferentes *stakeholders*. Nesse sentido, a asseguração externa destas informações fornece a estes usuários credibilidade, ainda que de forma limitada.

Considerando a importância e a responsabilidade atribuídas a opinião especializada que garanta a veracidade das informações que integram o processo de tomada de decisão, este trabalho objetivou descrever o estado da arte da asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE 2016.

Conclui-se que as 35 empresas que compõem a carteira ISE 2016 publicam o relatório destinado à divulgação de informações sobre suas atividades de sustentabilidade. Destas 35 empresas, 28 delas submeteram os relatórios de sustentabilidade ao processo de asseguração externa, que comparado com o estudo Zaro, Pastre e Alberton (2015) nota-se um aumento de 11% nas assegurações, o que torna a prática de asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade parte do processo de legitimação das instituições. Das assegurações feitas nota-se a predominância de 82,1% das empresas classificadas como *Big Four* (KPMG, PWC, Deloitte e Ernst & Young) sobre as prestadoras de garantias de consultoria e especialização em sustentabilidade, responsáveis apenas por 17,9% dos trabalhos. O que ressalta o *know-how* por parte das empresas de auditoria contábil neste segmento.

Em relação aos setores de atuação, conclui-se que 61% das empresas que asseguraram seus relatórios pertencem a setores tidos como regulados. Quanto às práticas de governança, 87,71% das empresas asseguradas possuem níveis diferenciados de Governança Corporativa. Dentre estas, 58,3% estão listadas no segmento do Novo Mercado. Sustentado pelo argumento de que o setor e o nível de governança são fatores relevantes para o processo de verificação externa dos relatórios, procedeu ao Teste de Fisher, o qual não sustentou a hipótese alternativa de pesquisa ao nível de significância de 5%. Portanto, não pôde-se constatar a existência de associação entre asseguração externa dos relatórios de sustentabilidade e as características das empresas (setor regulado e nível de governança corporativa) do ISE 2016, na qual o indicativo de associação encontrado qualitativamente é estabelecido de forma casual.

Dentre diretrizes utilizadas para elaboração dos relatórios de sustentabilidade, evidenciou-se que a *Global Reporting Initiative (GRI)* é a proposta dominante, presente em 97,14% (31) dos relatórios de sustentabilidade, sendo que 79,41% delas procedem em assegura-los. Destaca-se o Itaú Unibanco S.A que utilizou a estrutura proposta pelas diretrizes do Relato Integrado para o reporte de suas informações socioambientais, integrando informações de natureza financeiras e não financeiras.

Relacionado às normas aplicadas na orientação no processo de verificação externa demonstrou-se que 71,43% das prestadoras de garantias utilizaram exclusivamente a NBC TO 3000, seguidas pela utilização combinadas da aplicação dos princípios da AA1000AS e dos Índices do GRI. A ISAE 3000 obteve baixa evidência, uma vez que, a NBC TO 3000 (CFC) é a norma brasileira consoante a ISAE 3000 (IAASB). Outra constatação desta análise mostra que as empresas tidas como de não auditoria incorporaram aos seus protocolos internos de verificação a metodologia de normas de natureza contábil.

O levantamento dos procedimentos utilizados evidenciou que o conteúdo dos relatórios de asseguração externa varia conforme o escopo da garantia, das solicitações feitas pelas empresas auditadas e das preferências do assegurado da garantia. Assim, os procedimentos utilizados em mais de 50% dos trabalhos realizados foram à validação dos normativos, a confirmação do nível de aplicação, as indagações à gestão, processos de gestão internos, verificação da informação com bases de suporte, comparação de dados financeiros e econômicos e procedimentos de consubstanciação. Porém, as entrevistas com colaboradores

relevantes, ao nível operacional, foram utilizados em 6 dos 28 trabalhos realizados. E apenas 3 prestadoras de serviços de garantia externa procederam em visitas às instalações ou obras.

Em síntese, nota-se o aumento das divulgações de informações de natureza socioambientais por parte das empresas, bem como a preocupação destas em agregar credibilidade às informações prestadas aos seus *stakeholders* por meio do processo de asseguração externa. Em destaque, na prestação dos serviços de asseguração externa, observou-se a valorização da auditoria independente, consubstanciada pela atuação na maioria das assegurações realizadas, e pelo emprego de normas consolidadas emitidas pelo órgão regulador da auditoria contábil independente pelas empresas de não auditoria.

Para futuros trabalhos sugere-se investigar as práticas de asseguração em amostras maiores com a finalidade de identificar fatores que influenciem as decisões das empresas em assegurar seus relatórios, bem como avaliar esta evolução ao longo do tempo. Estudar com mais profundidade os procedimentos conforme o nível de aplicação do trabalho realizado e avaliar a percepção dos *stakeholders* sobre a garantia das informações prestadas.

6 REFERÊNCIAS

- BM&FBOVESPA. Mercado: Ações – Índices. 2015. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-desustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: 19 maio 2016.
- CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Indicadores ambientais essenciais: Uma análise da sua utilização nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul americano, elaborados pela versão “G3” da *Global Reporting Initiative*. In: South American Congress on Social and Environmental Accounting Research–CSEAR. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2009). NBC TO 3000 – Trabalho de asseguração diferente de auditoria e revisão. Brasil.
- COOPER, S. M.; OWEN, D. L. Corporate social reporting and stakeholder accountability: The missing link. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7, p. 649-667, 2007.
- DE ALMEIDA, J. B. Asseguração de Relatórios de Sustentabilidade: o Caso Petrobrás. In: XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2014.
- DEEGAN, C.; COOPER, B. J.; SHELLY, M. An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. **Managerial Auditing Journal**, v. 21, n. 4, p. 329-371, 2006.
- FISHER, R. A., **Statistical Methods for Research Workers**, 14th edition, Hafner Publishing, 1970.
- GOMES, S. F. Auditoria aos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas: uma visão sobre o estado da arte e a percepção dos Revisores Oficiais de Contas. 2012. Tese de Doutorado.
- GURVITSH, N.; SIDOROVA, I. Survey of Sustainability Reporting Integrated into Annual Reports of Estonian Companies for the years 2007-2010: Based on Companies Listed on Tallinn Stock Exchange as of October 2011. **Procedia Economics and Finance**, v. 2, p. 26–34, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567112000615>>. Acesso em: 27 maio 2016.
- HASAN, M.; ROEBUCK, P. J.; SIMNETT, R.. An investigation of alternative report formats for communicating moderate levels of assurance. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 22, n. 2, p. 171-187, 2003.

- INITIATIVE, Global Reporting. The external assurance of sustainability reporting. **Research & Development Series, Stichting Global Reporting Initiative**, 2013. Disponível em: <[https://www.globalreporting.org/resource/library/GRIAssurance .pdf](https://www.globalreporting.org/resource/library/GRIAssurance.pdf) >. Acesso em: 19 maio. 2016.
- JUNIOR, R. M.; BEST, P. J.; COTTER, J. Sustainability reporting and assurance: a historical analysis on a world-wide phenomenon. **Journal of Business Ethics**, v. 120, n. 1, p. 1-11, 2014.
- KPMG International Responsibility Reporting 2011. *The Definitive Snapshot of CR Reporting*.
- LOZANO, R.; HUISINGH, D. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 19, n. 2, p. 99-107, 2011.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American journal of sociology**, p. 340-363, 1977.
- NIKOLAEVA, R.; BICHO, M. The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. **Journal of The Academy of Marketing Science**, New York: Springer, n. 39, p. 136-157, 2011.
- O'DWYER, B.; OWEN, D. L. Assurance statement practice in environmental, social and sustainability reporting: a critical evaluation. **The British Accounting Review**, v. 37, n. 2, p. 205-229, 2005.
- OWEN, G. Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum. **Accounting Education**, v. 22, n. 4, p. 340-356, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09639284.2013.817798> > .Acesso em: 11 maio 2016.
- PEREGO, P.; KOLK, A. Multinationals' accountability on sustainability: The evolution of third-party assurance of sustainability reports. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 2, p. 173-190, 2012.
- RAUPP, Fabiano M.; BEUREN, Ilse M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2010.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.
- SIMNETT, R.; VANSTRAELEN, A.; CHUA, W. F. Assurance on sustainability reports: An international comparison. **The Accounting Review**, v. 84, n. 3, p. 937-967, 2009.
- SMITH, J.; ADHIKARI, A.; TONDKAR, R. H. Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 123-151, 2005.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- ZARO, E. S.; PASTRE, F.; ALBERTON, L. Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 1, p. 47-63, 2015.